

Sem acordo com FMI, moratória virá

1989

Kido Guerra

A ameaça de moratória do ministro Mailson da Nóbrega não foi por acaso. Um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), indispensável para o reequilíbrio das contas externas no segundo semestre, é hoje quase improvável. A impossibilidade do país cumprir quaisquer que sejam as metas de inflação ou déficit público fixadas junto ao FMI; a explosão da hiperinflação na Argentina e o aparente namoro dos Estados Unidos com o México são fatos que pesam mais do que o suficiente para os organismos internacionais oficiais ignorem o Brasil por uns tempos, até a adoção de uma política capaz de reverter a crise econômica do país. As consequências são inevitáveis: ou o esgotamento gradual das reservas cambiais ou a moratória externa.

A avaliação é do economista Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas, um dos principais colaboradores do então ministro Dilson Funaro na condução da política externa, que culminou na moratória de fevereiro de 1987. Admitindo que "houve um erro de *timing* na suspensão dos pagamentos de juros", pois as reservas estavam em apenas US\$ 3 bilhões — "embora os problemas que enfrentamos depois não foram por causa disso" — Paulo Nogueira defende a repetição da medida este ano.

Suspeita — Ele sustenta a hipótese de que não deverá haver nenhum acordo com o FMI, o que tornaria a moratória inevitável. "Tenho a suspeita de que o FMI não quer fazer nenhum acordo. Não só porque faltam apenas nove

Arquivo



Nogueira: erro de *timing*

meses de mandato para o atual governo, mas também porque é cada vez mais concreta a ameaça de uma hiperinflação. Poderia ser a primeira hiperinflação da história administrada pelo FMI. Eles não querem isso", observa Paulo Nogueira, com o *background* de quem conhece esse filme.

Sem acordo, não há recursos nem do Fundo, nem do Banco Mundial, nem dos bancos credores, praticamente inviabilizando o pagamento, em setembro, de uma parcela de US\$ 2,3 bilhões aos bancos comerciais. A menos que o país opte por queimar as suas reservas ou busque obter maior superávit externo para honrar seus compromissos, através de máxidesvalorizações cambiais que estimulem as exportações.

"O governo não pode fazer isso. A máxi, a essa altura, é o atalho para a hiperinflação", diz, propon-

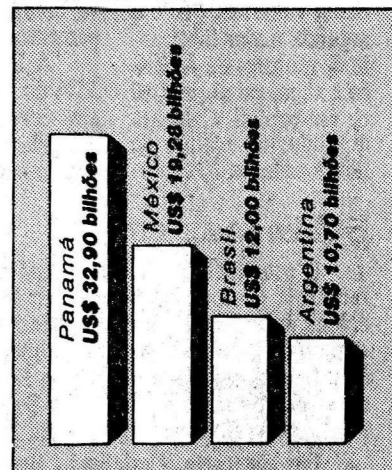
do "o acúmulo dos atrasados". Em outras palavras, seria a suspensão do pagamento dos juros sem qualquer estardalhaço — "uma moratória técnica não declarada, pois a moratória unilateral só é possível quando existe governo. Em 87, ainda existia governo." Sua receita é simples: ao menor sinal de que as reservas ficarão abaixo de US\$ 5 bilhões, centraliza-se o câmbio e suspendem-se os pagamentos.

Ameaças — Na prática, é uma realidade que parece não agradar o governo, ou, pelo menos, o Ministério da Fazenda. Segundo Paulo Nogueira, quem quer decretar moratória não ameaça. Simplesmente para de pagar. Falar demais sobre o assunto é um erro, principalmente porque isso pode afetar as linhas de crédito de curto prazo, que são indispensáveis para o financiamento das importações.

Ao acenar com a hipótese de uma moratória em setembro, a impressão — analisa — é de que o governo está tentando sensibilizar o FMI, e principalmente o governo americano, a fazer *vista grossa* ao desequilíbrio das finanças públicas e liberar recursos independentemente do cumprimento de qualquer meta. É como clamar inocência para um crime inafiançável.

Um dos argumentos oficiais para que isso se torne possível é fazer do Congresso Nacional e de sua mania de ampliar os gastos públicos (como ao manter a vinculação do salário mínimo aos benefícios da Previdência, que era tudo que o governo não queria) novos bodes expiatórios. Desta forma — raciocina Paulo Nogueira — o ônus de impedir o reequilíbrio das finanças públicas recairia sobre o Legislativo, também acusado de tornar o país ingovernável.

Depósitos de cidadãos no exterior



Fonte: Fundo Monetário Internacional

☐ De acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional divulgado recentemente na Cidade do México, a 31 de dezembro de 1988 cidadãos brasileiros possuíam US\$ 12 bilhões depositados no exterior. Os brasileiros ocupam o terceiro lugar em uma lista onde os panamenhos estão em primeiro — com US\$ 32,9 bilhões depositados fora de seu país — e os mexicanos, em segundo — com US\$ 19,28 bilhões. Os argentinos ficaram em quarto lugar, tendo em 1988, depositados fora do país US\$ 10,7 bilhões. No total, os cidadãos da América Latina têm US\$ 167 bilhões em contas bancárias fora de sua terra natal e os dos quatro países apontados pelo FMI (entre eles os três maiores devedores latino-americanos: México, Brasil e Argentina) aparecem com 40% do dinheiro mantido no estrangeiro.